

Fiscalização Publicado em 04/08/2022 Tempo de leitura: 6 mins

Manobra da Educação injetou R\$ 14 milhões em associações de pais e mestres

Com fragilidades em transparência e fiscalização, APMS nunca receberam tanto dinheiro, que foi transferido às pressas pela prefeitura

Por Cristiano Pavini

Em uma manobra para driblar amarras, cumprir promessas, agilizar obras e tentar atingir o mínimo constitucional de gastos com educação, a prefeitura de Ribeiro Preto injetou R\$ 14,1 milhões em Associações de Pais e Mestres (APMs) em 2021.

Com fragilidades em transparência e fiscalização, essas entidades nunca receberam tanto dinheiro, que foi transferido às pressas pela Secretaria de Educação.

Metade do valor, R\$ 7,2 milhões, foi repassado no final de novembro de 2021. O montante apenas nesse mês é maior do que em todo o ano de 2020 e 2019, somados.

Análises de dados e entrevistas realizadas pelo *Farolete* apontam que a ação do Executivo abre brechas para prejuízos aos cofres públicos, já que as APMS usam o dinheiro sem licitação e, muitas vezes, sem gestão interna democrática.

Repasses para APMS

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas - Dados de 2022 até junho

Todas as 107 escolas municipais possuem sua própria APM. Cada entidade tem CNPJ e conta bancária própria, movimentada pela diretora. O dinheiro entra por meio de atividades internas – como festas juninas –, transferências do governo federal e, principalmente, aportes da prefeitura.

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo *Farolete* foram unânimes: as APMS são essenciais e devem ser fortalecidas, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando autonomia à comunidade escolar.

Entretanto, todos também alertaram que as APMS, em geral, não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

“Cada escola é de um jeito. Por isso esse upgrade milionário que tivemos no ano passado é perigoso. De modo geral, as APMS não têm estrutura para gastar tanto recurso assim de forma eficiente. Além de desvios, pode ocorrer mau uso. Ou seja: contratar empresas por preço bem mais elevado do que o mercado, já que não há conhecimento técnico para avaliar”, relatou ao *Farolete* um veterano integrante de APM, que já participou dos conselhos municipais de Educação e de Alimentação Escolar.

Entre 2014 e 2020, cada APM recebeu, em média, R\$ 30 mil anuais. O valor varia em cada ano, dependendo da disponibilidade financeira da prefeitura e do porte da escola. Já em 2021, a média foi de R\$ 130 mil, o quádruplo.

A APM da escola de Ensino Fundamental Salvador Maturano, localizada no Parque Ribeiro, foi a campeã: recebeu R\$ 249 mil em 2021. Para efeito de comparação, nos sete anos anteriores havia recebido entre R\$ 24 mil e R\$ 44 mil.

Quanto cada APM recebeu

Comparativo de valores recebidos pela APM de cada escola em 2020 e 2021, valores em milhares de reais

APM	2020	2021
EMEF PROF. SALVADOR MARTURANO	35,2	249,4
EMEF PROF. DR. PAULO MONTE SERRAT FILHO	36,5	230,1
EMEI PROF. CARMEM AP. DE CARVALHO RAMOS	35,1	218,6
EMEF NELSON MACHADO	39,1	218,4
EMEF PROF. PAULO FREIRE	40,9	217,8
EMEF DR. FAUSTINO JARRUCHE	36,4	215,8
CEMEI VIRGILIO SALATA	38,7	214,1

Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados do Tribunal de Contas

Em nota ao *Farolete*, a Secretaria de Educação negou manobras para cumprir o teto constitucional. Justificou que os repasses ocorreram para acelerar a adequação e melhora física das escolas, no contexto de obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), proteção sanitária da Covid e arborização. Disse, também, que valorizou a gestão democrática escolar. Leia o posicionamento completo ao final da reportagem.

Correria

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, a prefeitura planejou repassar R\$ 4,2 milhões para as APMS, valor que se aproximava dos patamares dos sete anos anteriores. Mas o total transferido foi o triplo do planejado.

De janeiro a junho, a Educação fez transferências mensais de cerca de R\$ 400 mil, diluídos para todas as entidades. Em julho, porém, o cenário mudou: ocorreu um repasse extra de R\$ 2,1 milhões. Depois, em novembro, veio um novo aporte extraordinário de R\$ 7,2 milhões.

Repasses mensais (2021)

Somatória de subvenções para APMS, agregado por mês. Valores em milhões de reais.



Fonte: Análise do *Farolete* junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas

A mudança foi tanta em relação ao planejado na LOA que o governo precisou pedir autorização da Câmara. O projeto de lei autorizando o remanejamento foi protocolado no Legislativo em 19 de outubro. Na semana seguinte, tramitou sob regime de urgência especial e foi aprovado em 28 de outubro.

Farolete apurou que quatro fatores motivaram a correria da gestão Duarte Nogueira em turbinar as APMS.

O principal deles foi a tentativa de cumprir a obrigação constitucional de direcionar 25% das receitas próprias para Educação.

Em 2021, a Secretaria de Educação não conseguiu executar os gastos planejados, pois a pandemia da Covid manteve as salas de aula fechadas. Além disso, houve aumento de arrecadação e de repasses federais, fazendo com que a despesa necessária para atingir os 25% fosse maior.

Sem tempo para realizar licitações de melhorias nas escolas, o governo optou pelo caminho das APMS. Ou seja: inflou em milhões os repasses para as entidades, já que os recursos transferidos são contabilizados nos 25% obrigatórios para Educação.

A pressa foi tanta que, no mesmo dia em que o projeto de lei autorizando turbinar as APMS era votado pelos vereadores, a prefeitura já se antecipou à aprovação e fez o registro contábil de liquidação de quase todos os R\$ 7,2 milhões extras, embora eles fossem ser efetivamente transferidos apenas dali a 28 dias.

Três integrantes de APMS ouvidos pelo *Farolete*, sob anonimato, afirmaram que as diretoras souberam que receberiam o repasse milionário extra poucas semanas antes do dinheiro cair, e sofreram pressão velada do governo para utilizarem o mais rapidamente possível.

Mesmo com toda a manobra, a prefeitura não conseguiu cumprir a Constituição Federal. Conforme *Farolete* abordou em duas reportagens, apenas 23,45% das receitas próprias foram destinadas para Educação em 2021. Faltaram R\$ 31,8 milhões para atingir o patamar.

Outros fatores

O upgrade das APMS também serviu para cumprir três promessas da Secretaria de Educação: promover reparos e obras para as unidades escolares conseguirem o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), adequação elétrica para instalação de aparelhos de ar-condicionado e promover o verdejamento das unidades.

Esse verdejamento consiste em criar ou ampliar jardins e árvores nas escolas. Embora seja uma política municipal, válida para todas as unidades, o governo decidiu descentralizar a execução.

Em vez de abrir uma licitação para contratar empresas para elaborar projetos e realizar as obras, deixou a cargo de cada escola fazer suas contratações.

Isso encareceu o valor total, já que o as APMS não fazem licitação. E, também, não realizam compras conjuntas.

“Esses recursos adicionais foram excelentes para a minha escola. Ela era só concreto, agora está ficando mais verde e agradável. Aproveitamos e até estamos construindo um parquinho, demanda antiga. Mas tenho pena da diretora, pois estava acostumada a lidar com pequenas compras e agora está conduzindo uma reforma de médio porte. Imagine ter que lidar com a rotina escolar, pais, alunos, professores, e ainda acompanhar uma obra?”, relatou um professor ao *Farolete*, sob anonimato.

Fragilidades

Cabe ao diretor de cada escola gerir os recursos das APMS. Ele é acompanhado por um Conselho Fiscal, formado por dois pais de alunos e um professor. Cada unidade, porém, tem um modus operandi diferente de participação da comunidade escolar e postura do diretor.

Em algumas escolas, o diretor conduz a APM com mão de ferro, sem abrir a tomada de decisão para os demais integrantes. Pais e professores membros do Conselho Fiscal, nessas ocasiões, são indicados por afinidade do diretor e não fiscalizam, em razão da amizade ou por temerem represálias.

Em outras unidades, as decisões são compartilhadas e a fiscalização é rotineira, com pais e professores ativos.

As compras das APMS são feitas sem licitação. Entretanto, é necessário realizar três cotações prévias. As exceções ocorrem em casos excepcionais, como reparo emergencial elétrico.

Esse modelo era utilizado porque, em geral, as APMS faziam compras e contratações de baixo valor, em geral abaixo de R\$ 1 mil. Já em 2021, uma única APMS chegou a pagar, entre o Natal e o Ano Novo, R\$ 30 mil para uma única empresa.

Em 2015, uma sindicância descobriu que uma diretora usou cheques da APM de uma creche para comprar um carro particular. Em 2021, outro profissional foi exonerado por problemas na prestação de contas.

“É melhor que a escola gerencie os recursos e obras, já que a estrutura das unidades é muito heterogênea e com necessidades diferentes”, diz um professor ativo na comunidade escolar ouvido pelo *Farolete*.

Mas ele aponta que em 2021 muitas reformas foram feitas sem o devido acompanhamento da engenharia da prefeitura. “Alguns diretores acabam desperdiçando recursos com obras irregulares, sem total adequação às normas da ABNT, como não observar acessibilidade, além de uso para fins meramente estéticos”, citou.

Outro professor também pontuou, ao *Farolete*, que o governo errou ao repassar os recursos apenas no final de 2021.

“Tivemos o ano inteiro sem aulas, em razão da Covid. Até no final de novembro chegou, de ano a só vez, R\$ 140 mil para minha escola, com pressão do governo para virar obras de adequação ao AVCB. Resultado: iniciamos o ano letivo de 2022 com a volta dos alunos em meio à reforma em andamento”.

Outro lado

Em extenso posicionamento enviado ao *Farolete*, a Secretaria de Educação defendeu o upgrade das APMS. Leia, abaixo, um compilado das justificativas:

- A ampliação da subvenção das APMS ocorreu, em um primeiro momento (agosto), para medidas emergenciais de atendimento aos protocolos de segurança de Covid, como aquisição de itens de higiene e proteção individual.
- Em novembro houve nova complementação, visando a emissão de AVCB e alvarás de vigilância sanitária. A prefeitura tinha um contrato de manutenção das escolas, que foi encerrado em junho de 2021, e a nova licitação estava em andamento. Por isso, as APMS foram a solução para agilizar as melhorias.
- O governo orientou as escolas que a compra de materiais e equipamentos deveria ocorrer pelas APMS apenas se não houvesse disponibilidade no almoxarifado da Secretaria. Os serviços de manutenção também deveriam ser feitos pelas APMS apenas se não existisse contrato vigente pela Secretaria.
- “Cabe ressaltar que as contratações de bens e serviços realizadas para atendimento das unidades escolares sempre são efetivadas mediante processo licitatório, seguindo o que a legislação determina. O que ocorreu nas duas parcelas complementares no ano de 2021 foram medidas excepcionais”, alegou a Educação.
- O governo também informou que em setembro de 2021 assinou carta-compromisso no programa “Ribeirão -3°C”, para uma ação de veredade das escolas, tendo como objetivos “ampliar a cobertura vegetal e promover ações de sustentabilidade e educação ambiental”. Os recursos para as APMS implementarem esse programa foram repassados na parcela de novembro da subvenção.
- Sobre o acompanhamento técnico para as obras de AVCB e verdejamento, a prefeitura alegou que “prestou assistência e orientação” às escolas, por meio das equipes de Divisão de Parcerias e Convênios, Divisão de Obras e Manutenção da Estrutura Predial, Divisão de Orçamentos e Finanças, entre outros.
- O governo afirmou que “os controles e a fiscalização são bastante efetivos”, com conferência mensal das prestações de contas das APMS. A Secretaria diz que “possui equipe capacitada” para fiscalizar as APMS e entidades conveniadas, mas não informou quantas pessoas, nem se o quantitativo foi ampliado em razão do aumento das verbas.

Série

Essa é a primeira de uma série de reportagens que *Farolete* publicará sobre o uso de recursos pelas APMS em 2021. Acompanhe nossas redes sociais para ficar atualizado das próximas. Ou nos chame no WhatsApp para ser incluído em nossa lista de transmissão de matérias. É só dar um “Oi” clicando aqui.

Como *Farolete* apurou

- Fizemos o download, junto ao Tribunal de Contas do Estado, das despesas anuais da prefeitura de Ribeiro Preto, de 2014 a junho de 2022.
- Nesse período, considerando prefeitura, Câmara, autarquias (como o extinto Daerp) e fundações, o poder público municipal gastou R\$ 22 bilhões.
- Separamos, desse montante, apenas os R\$ 40,2 milhões relativos a APMS, e fizemos a análise por ano, mês e entidade.
- Entrevistamos cinco pessoas que são ativas na comunidade escolar e conselhos representativos, para entender a realidade das APMS. Todas falaram ao *Farolete* sob anonimato, para evitar represálias.

Foto de capa: Guilherme Sircilli (Coordenadoria de Comunicação Social da prefeitura)

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

[f](#)
[i](#)
[t](#)
[w](#)

FISCALIZAÇÃO

Câmara de Ribeiro vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caca Cherry

FISCALIZAÇÃO

Câmara de RP incluiu pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições

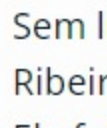
FISCALIZAÇÃO

Empréstimo de 70 milhões de dólares deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos

Fiscalização Publicado em 07/08/2022 Tempo de leitura: 5 mins

Sem licitação, microempresa de Ribeirão recebeu R\$ 836 mil das APMS em 2021

Localizada em um condomínio residencial, ela foi contratada por 50 das 108 Associações de Pais e Mestres.



Por Cristiano Pavini

Sem licitação, uma microempresa localizada em um condomínio residencial de Ribeirão Preto recebeu **R\$ 836 mil** de APMS (Associação de Pais e Mestres) em 2021. Ela foi contratada por 50 das 108 entidades vinculadas a escolas municipais e paga com **dinheiro público**, repassado pela prefeitura.

Na semana passada, *Farolete* revelou que a Secretaria de Educação injetou R\$ 14 milhões nas APMS em 2021, em uma manobra atípica feita às pressas. O valor, em um único ano, foi superior à somatória de todos os repasses feitos entre 2020 e 2017.

Repasses para APMS

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Fonte: Análise do Farolete junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas • Dados de 2022 até junho

Esse upgrade teve, entre os objetivos, cumprir o mínimo constitucional de destinar 25% das receitas para educação e agilizar reformas nas unidades escolares.

No ano passado, a microempresa "Izaura Tereza Guidugli Lovato ME" emitiu 215 notas fiscais de prestação de serviços para APMS, conforme levantamento feito pelo *Farolete*.

Na Receita Federal, seu endereço remete a uma **casa em um condomínio** no Jardim Zara. Ela foi registrada em 2011, tendo como principal atividade "serviços de pintura de edifícios". Mas também realiza "obras de alvenaria", "paisagismo" e instalações hidráulicas e elétricas.

Dos R\$ 836 mil pagos pelas APMS à empresa, R\$ 305 mil são de notas fiscais emitidas em dezembro. Nos dez últimos dias do ano, no apagar das luzes entre o Natal e o Réveillon, foram R\$ 179 mil.

Para gastar o dinheiro recebido da prefeitura, as APMS não realizam licitações, apenas buscam três orçamentos prévios. Também não promovem compras conjuntas, ou seja: cada uma faz contratos individuais com os fornecedores ou prestadores de serviço.

As compras das APMS são **menos transparentes** do que da prefeitura, que são amplamente disponíveis no Portal de Transparência e no Tribunal de Contas de Estado, em formatos que permitem a fiscalização pela sociedade (**leia mais no decorrer da reportagem**).

A microempresa Izaura Lovato tentou participar de uma licitação para reparos elétricos em uma creche municipal em 2020, mas foi inabilitada por não apresentar todos os documentos exigidos.

Ao *Farolete*, um dos responsáveis pela empresa informou que ela tem atuação há mais de uma década. "Trabalhamos com obras e instalações nos setores educacional e empresarial. **Não precisamos ter uma sede para isso**, já que a natureza do serviço é comprar o material e contratar mão de obra para executar", explicou.

Segundo ele, as escolas encaminham rotineiramente e-mails **solicitando orçamentos**. "Às vezes a gente ganha, às vezes não. Até me surpreende essa informação de que fomos os mais contratados. Acordamos às cinco da manhã e trabalhamos até o sol se pôr, por isso nosso preço é mais conta e somos escolhidos".

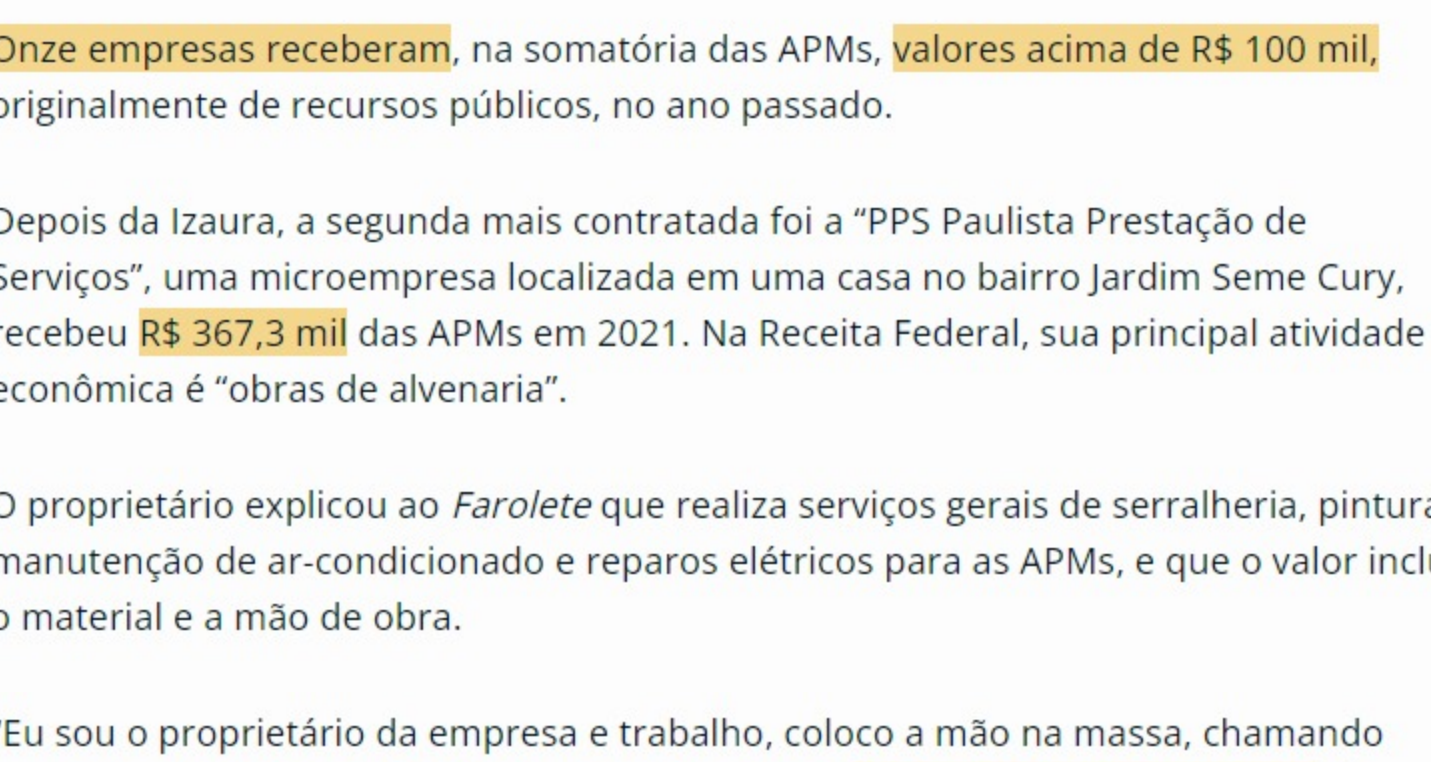
Ele diz que realiza todo tipo de serviço para as escolas, em especial alvenaria, elétrica, hidráulica e pintura. "Nem sabemos de onde vem o dinheiro. Compramos o material, executamos o serviço e recebemos da escola".

Recorrente

Farolete localizou 905 empresas que prestaram serviços para APMS em 2021. Juntas, elas receberam **R\$ 7,2 milhões**, custeados com recursos da prefeitura. Desse montante, 20% (R\$ 1,3 milhão) refere-se a notas fiscais emitidas nos **últimos quinze dias do ano**.

Correria natalina

Farolete separou todas as notas fiscais emitidas por empresas para APMS e agregou os valores em cada data. Quanto maior o tamanho da barra, maior o valor total das notas fiscais, de todas as empresas, emitidas naquele dia. As barras crescem no final do ano. O recorde foi em 22 de dezembro: R\$ 197 mil



Ao todo, 87 empresas ganharam mais que R\$ 15 mil de APMS no ano passado.

Segundo a antiga Lei de Licitações, as prefeituras podem contratar sem licitação até R\$ 8 mil para serviços e compras ou R\$ 15 mil para obras de engenharia. Essa regra, porém, **não se aplica** para entidades conveniadas, como é o caso das APMS.

Onze empresas receberam, na somatória das APMS, **valores acima de R\$ 100 mil**, originalmente de recursos públicos, no ano passado.

Depois da Izaura, a segunda mais contratada foi a "PPS Paulista Prestação de Serviços", uma microempresa localizada em uma casa no bairro Jardim Seme Cury, recebeu **R\$ 367,3 mil** das APMS em 2021. Na Receita Federal, sua principal atividade econômica é "obras de alvenaria".

O proprietário explicou ao *Farolete* que realiza serviços gerais de serralheria, pintura, manutenção de ar-condicionado e reparos elétricos para as APMS, e que o valor inclui o material e a mão de obra.

"Eu sou o proprietário da empresa e trabalho, coloco a mão na massa, chamando mais três ou quatro funcionários pagando diárias. **Então isso barateia o custo**. É diferente de outras empresas, em que o dono só corre atrás do serviço e não trabalha. Eu sempre vou atrás e entrego os orçamentos para as escolas, e **elas me contratam por ser o mais em conta**. Além disso, o mais caro é o material, e não a mão de obra", explicou.

Em terceiro no ranking de fornecedores das APMS está a FM Manutenções, que recebeu **R\$ 362 mil**. Ela também é uma microempresa localizada em uma casa no Parque Ribeirão, fundada em outubro de 2020, cuja principal atividade é "obras de alvenaria".

O dono informou, ao *Farolete*, que **não depende de sede própria para atuar**, já que os serviços são prestados em imóveis de terceiros.

"A empresa é séria e cumpridora de todas as obrigações, visando a excelência na prestação dos serviços de reforma e manutenção predial em geral, com documentos fiscais emitidos e impostos pagos, além de registro fotográfico dos trabalhos executados", justificou.

Auditoria

Farolete apurou que o upgrade nos valores destinados às APMS não foi acompanhado de ampliação na fiscalização.

A secretaria de Educação tem um setor específico para **auditar** as prestações de contas de entidades conveniadas, como creches do terceiro setor, e APMS. Segundo resposta enviada ao *Farolete* por meio da Lei de Acesso à Informação, seis pessoas integram a auditoria.

"A legislação determina que os pagamentos aos fornecedores sejam efetuados através de transferência eletrônica diretamente na conta do prestador ou fornecedor", informou o governo, ressaltando que o dinheiro das APMS **não pode ser sacado para pagamento em espécie**.

Para Rafael dos Anjos, especialista em gestão pública e fundador da startup RevelaGov, como foco na fiscalização de recursos públicos, o **modelo de descentralização de recursos para as APMS é correto e deve ser fortalecido**. Entretanto, ele aponta **falhas de fiscalização e transparência**.

Na prática, é muito mais eficiente a contratação direta por quem precisa. O modelo das APMS é parecido com o norte-americano, em que o dinheiro fica próximo da execução. Hoje a Lei de Licitações é um entrave, então as compras feitas pela prefeitura, no fim das contas, podem sair até mais caras ou lentas. Entretanto, as APMS precisam ter ampla transparência e fiscalização, com uma política de contratação de fornecedores e auditoria eficaz.

Rafael dos Anjos

Na semana passada, cinco integrantes de APMS ouvidos pelo *Farolete* também reforçaram que as associações são **essenciais** para o dia a dia escolar e **não podem ser criminalizadas**. Mas ressaltaram que, nos moldes atuais, elas não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como repassado pela prefeitura em 2021.

Menos transparentes

1. Ao contrário da prefeitura, Câmara e administração indireta, os gastos das APMS não são detalhados no Portal de Transparência ou Tribunal de Contas.
2. A sociedade até tem acesso a uma relação de despesas, com nome do fornecedor, data e valor. Essa divulgação básica teve início em 2017, primeiro ano da gestão Duarte Nogueira. Antes disso, os dados não eram acessíveis. .
3. Porém, o sistema só permite o download desse relatório em PDF relacionado a cada APM, para cada ano, que não traz a descrição do serviço/compra, CNPJ do fornecedor e nem está em formato aberto (como planilha eletrônica), o que permitiria a análise sistematizada.
4. Os pareceres do Conselho Fiscal de cada APM, bem como a análise da auditoria da Secretaria de Educação, não estão disponíveis no Portal de Transparência.

O que diz o governo

Em nota enviada ao *Farolete*, a Secretaria de Educação ressaltou que **não tem ingerência** nas contratações realizadas pelas APMS.

Sob **o melhor período para que sejam executados**, em razão do "recesso escolar", já que a maioria dos gastos envolveram obras e pintura.

"Apesar da Lei Federal nº 13.019/2014 estabelecer que não se aplica às parcerias o disposto na Lei de Licitações, procuramos orientar para que o recurso repassado, visando o atendimento do Plano de Trabalho, seja utilizado em contratações de serviços por etapas, priorizando os quesitos segurança, higiene e limpeza, bem como para que as contratações ocorram com diversos prestadores", informou a Educação.

Em posicionamento publicado pelo *Farolete* na reportagem anterior, o governo **negou qualquer manobra ou prejuízo** com o upgrade das APMS, afirmando que estava valorizando a gestão democrática das escolas.

Como fizemos essa reportagem

1. Farolete fez o download manual, uma a uma, da prestação de contas de cada uma das 107 APMS, disponíveis no Portal de Transparência
2. Os arquivos estão em formato PDF, dificultando a análise. Farolete converteu para o formato de planilha eletrônica (Excel e similares) e os agregou.
3. Após corrigir falhas no processo de conversão, a reportagem analisou os 5.248 lançamentos de despesas das APMS em 2021, que somaram R\$ 7,2 milhões.

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

FISCALIZAÇÃO

Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caora Cherry

FISCALIZAÇÃO

RFP incluí pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições

FISCALIZAÇÃO

Emprego de 70 milhões de dólares deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos

Fiscalização Publicado em: 09/08/2022 Tempo de leitura: 4 mins

Membro do alto escalão da Educação controlava empresa ‘campeã’ das APMs

Chefe da Divisão de Atribuição de Aulas tinha procuração para gerenciar a empresa que recebeu R\$ 836 mil sem licitação em 2021

Por Cristiano Pavini

Uma professora concursada, que exerce a função comissionada de chefe da Divisão de Atribuição de Aulas da rede municipal de ensino, tinha procuração para gerenciar a empresa que recebeu, em 2021, R\$ 836 mil das APMs (Associação de Pais e Mestres). Os pagamentos foram feitos com recursos públicos, sem licitação.

Farolete localizou, na Junta Comercial, que Izaura Tereza Guidugli Lovato, proprietária da microempresa que leva seu nome, assinou uma procuração dando à servidora Roberta Leonardo “poderes para tratar de assuntos, negócios e interesses” da empresa, inclusive realizar movimentações bancárias e assinar contratos.

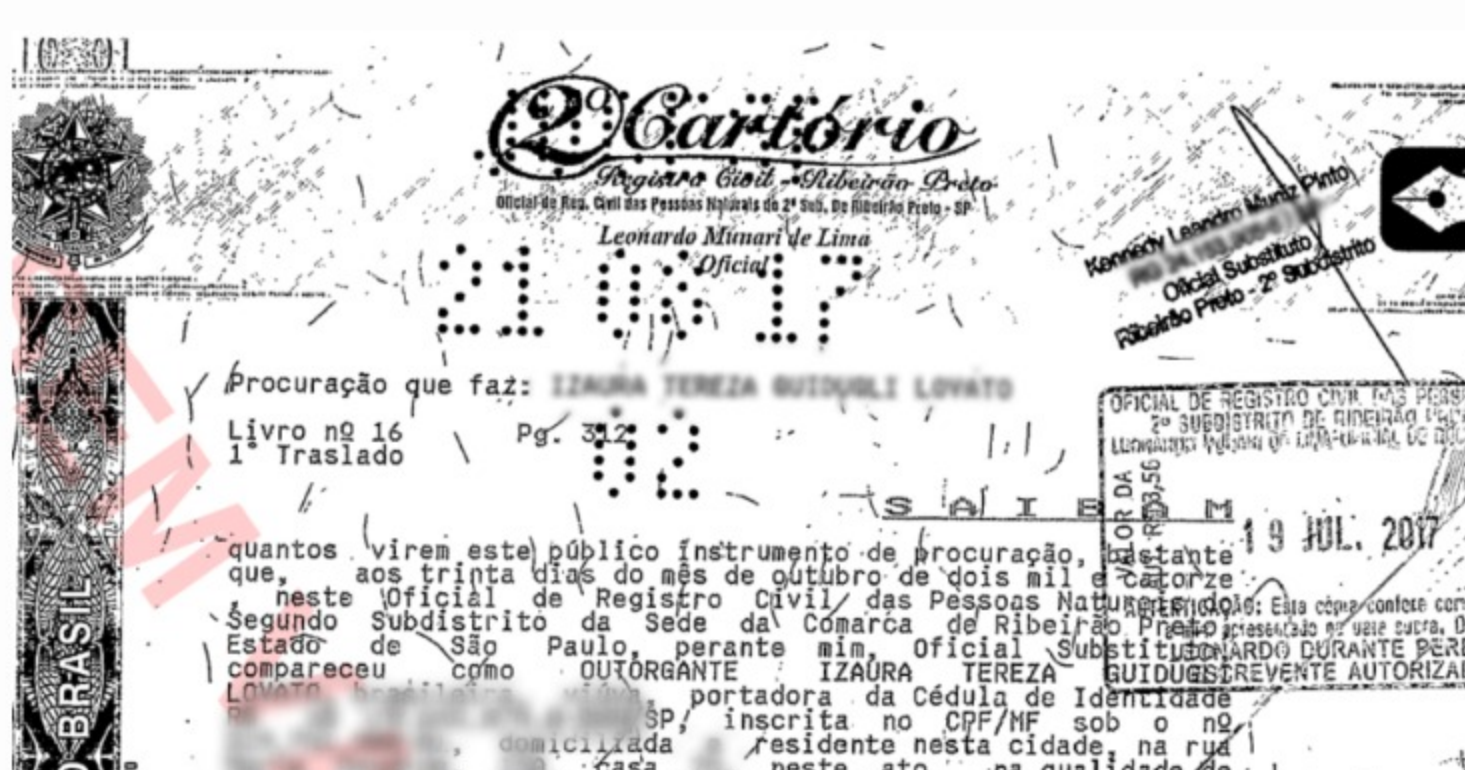
Conforme Farolete revelou em série de reportagens, a Secretaria de Educação aportou R\$ 14,1 milhões nas APMs em 2021, um recorde, maior que a somatória dos quatro anos anteriores.

Essas associações, essenciais para as escolas, fazem compras baseadas apenas em cotações de preços, e têm menos transparência e fiscalização do que a prefeitura.

A empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato foi a preferida das APMs em 2021, sendo contratada por 50 das 108 associações. Juntas, elas gastaram R\$ 7,2 milhões no ano passado. Um a cada oito reais foi parar na microempresa ligada a Roberta. Os gastos de 2022 ainda não estão disponíveis no Portal de Transparência.

O endereço comercial da microempresa remete a um condomínio residencial no Jardim Zara. Na procuração consta que Roberta Leonardo reside no mesmo local.

Além de Roberta, a empresa deu procuração para Nilton Carlos Lovato, que também mora no mesmo endereço.



Trecho da procuração obtida pelo Farolete (dados pessoais ocultados).

Farolete apurou que Nilton e Roberta são companheiros. É ele quem responde, na prática, pela empresa. Três integrantes de comunidades escolares distintas relataram, à reportagem, que a relação deles é conhecida nas escolas.

“Mesmo que indiretamente, há uma ingerência da Roberta com as diretoras que controlam as APMs, em razão de seu cargo e também porque ela já foi diretora de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil)”, relatou um profissional, sob anonimato, ao Farolete.

Roberta coordena a atribuição de aulas dos professores, sem estar relacionada com recursos financeiros para as APMs, que são gerenciados por outro setor na Secretaria.

Nenhuma fonte apontou ao Farolete interferência explícita da servidora na contratação da empresa pelas APMs.

Entretanto, sua situação pode afrontar a Lei Municipal 3181/76, que disciplina a atuação dos servidores municipais.

O Art. 237 diz ser “incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal” por servidor que tem “participação de gerência ou administração de empresas (...) de prestação de serviços que mantenham relações negociais com o Município, sejam por este subvencionadas ou diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado”.

Em nota, a prefeitura afirmou que a Corregedoria irá investigar o caso. Internamente, integrantes do Executivo avaliam que mesmo não havendo ilegalidade, o caso revelado pelo Farolete escancara a necessidade de atualizar e aprimorar os mecanismos internos de controle envolvendo as APMs.

Histórico

A procuração dando poderes à servidora Roberta foi feita em 2014 e anexada na Junta Comercial em 2017. Não há, na consulta de documentos disponibilizada pelo órgão, modificação dessa cessão de direitos.

Tanto a Secretaria de Educação quanto a empresa afirmaram, ao Farolete, que a procuração foi revogada, mas sem mencionar a data, tampouco se a revogação ocorreu após os questionamentos da reportagem (leia mais abaixo).

Entre 2017 e 2018, a empresa Izaura recebeu R\$ 48 mil da prefeitura de Ribeirão Preto e Guarda Municipal, por meio da modalidade dispensa de licitação, para pequenos reparos em prédios públicos.

Servidora

Roberta é professora concursada da Rede Municipal desde 1999. Ela atuou por quase uma década como diretora de uma Escola de Ensino Infantil e, no segundo semestre de 2016, foi nomeada como assessora do Secretário de Educação, mantendo-se no posto no governo Duarte Nogueira.

Em 2020, segundo o Portal de Transparência, ela não exerceu mais funções em comissão. Em maio do ano passado voltou ao primeiro escalão, nomeada como Chefe da Divisão de Atribuição de Aulas.

Outro lado

A empresa Izaura ME afirmou que Roberta “não tem interferência nenhuma na prestação de serviços e é alheia a qualquer situação que envolva a empresa”. afirmou, ainda, que dentro da prefeitura sua atuação é “estritamente ligada a professores”.

“Com relação à procuração, ela já se encontra revogada”, informou a empresa, sem citar a data de revogação, mesmo quando questionada especificamente sobre isso pelo Farolete.

Na reportagem anterior, a microempresa já havia manifestado que atua há mais de uma década no mercado de obras e reformas, prestando serviços para a iniciativa privada, particulares e poder público.

Já a Secretaria de Educação reforçou os posicionamentos anteriores, explicando que “as APMs possuem autonomia” e a pasta “não interfere” nas decisões no que se refere à aplicação de recursos e escolha de fornecedores para execução de melhorias nas escolas municipais”.

“É importante informar ainda que as prestações de contas dos repasses foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado”, que segundo a pasta estão sendo analisados e “sem apontamentos até o momento”.

A pasta também afirmou “trabalhar para o aperfeiçoamento das prestações de contas no Portal da Transparência” e que “encaminhará todas as informações levantadas para a Corregedoria Geral do Município”.

Farolete apurou que ontem, motivada pela reportagem, a Secretaria de Educação fez um levantamento junto a diversas diretoras para entender por que a empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato era a campeã de contratos com as APMs. Elas alegaram que os serviços eram baratos e bem executados, sem favorecimento.

Achou importante?

Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

APOIE

Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

[Apoiar](#) →

REPORTAGENS RELACIONADAS

Fiscalização

Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caça Cherry

Fiscalização

Câmara de RP inclui pesquisas de opinião em licitação em R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições

Fiscalização

Empréstimo de 70 milhões de dólares deixar RP refém do câmbio por 18 anos

← →

Fiscalização Publicado em 08/09/2022 Tempo de leitura: 4 mins

Câmara convoca Secretário de Educação após reportagens do Farolete sobre APMs

Felipe Miguel terá que prestar esclarecimentos aos vereadores sobre uso de recursos públicos milionários repassados a escolas



Por Cristiano Pavini

O Secretário de Educação de Ribeirão Preto, **Felipe Elias Miguel**, terá que prestar esclarecimentos ao Legislativo sobre o uso de recursos públicos pelas APMs (Associações de Pais e Mestres). A convocação foi aprovada por unanimidade pelos vereadores nesta terça-feira (6 de setembro), e teve como base a **série de reportagens** do *Farolete* sobre o tema.

Tanto o Secretário quanto a Chefe de Atribuição de Aulas, Roberta Leonardo, serão obrigados a comparecer à Câmara e responder questionamentos dos parlamentares, que já cogitam a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Conforme *Farolete* **revelou**, a servidora Roberta tinha procuração para gerenciar uma microempresa que recebeu R\$ 836 mil das APMs, mediante recursos públicos sem licitação.

Farolete também mostrou que a prefeitura injetou **R\$ 14,1 milhões** nas APMs em 2021. O montante foi maior do que a soma de todas as repasses feitos entre 2017 e 2020.

Repasses para APMs

Quanto a prefeitura enviou para as Associações de Pais e Mestres em cada ano (valores em milhões de reais sem correção inflacionária)



Fonte: Análise do Farolete junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas • Dados de 2022 até junho

Com fragilidades em transparência e fiscalização, essas entidades nunca receberam tanto dinheiro, que foi **transferido às pressas** pela prefeitura. Foi uma manobra para driblar amarras, cumprir promessas, agilizar obras e tentar atingir o mínimo constitucional de gastos com educação.

O requerimento de convocação foi apresentado pelo **Coletivo Popular Judeti Zilli (PT)**, que é professora da rede municipal.

“Em momento algum temos a intenção de criminalizar ou culpabilizar as APMs. Dentro de uma gestão democrática, elas são essenciais e prestam um serviço fundamental para as escolas”, ressaltou a vereadora, em discurso na tribuna da Câmara.

Ela apontou, porém, que em 2021 ocorreu um “aporte substancialmente alto” para as APMs, e que esse recurso foi utilizado sem licitação. “Um microempresário recebeu quase R\$ 1 milhão. Temos que esclarecer o devido uso desses recursos”, citou, mencionando dados revelados pelo *Farolete*.

De acordo com uma **série de reportagens** realizadas pelo *Farolete*, nas últimas semanas, referente ao repasse de recursos no aporte de 14 milhões de reais para as Associações de Pais e Mestres (APMs) para pequenos reparos, compra de materiais, entre outros, revelou que grande parte dos serviços e consequentemente dos recursos estão sendo destinados para uma microempresa, com endereço em um condomínio residencial, no valor de R\$ 836 mil, no ano passado às escolas, sem licitação. Segundo a apuração do *Farolete* um membro do alto escalão da Educação Municipal controlava a microempresa.

Compreendendo que as denúncias demandam atenção e apuração, o Coletivo Popular Judeti Zilli (PT) solicitou por meio de convocação a presença do Sr. Secretário Felipe Elias Miguel, e a Chefe do Setor de Atribuição, Roberta Leonardo, na Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos, no sentido de fiscalizar, apurar e esclarecer as denúncias apresentadas pelo *Farolete*.

Trecho do requerimento aprovado pelos vereadores

O vereador França (PSB) reforçou ser “justo que o Secretário dê explicações para esta Casa e para toda a cidade”.

Gláucia Berenice (Republicanos), presidente da Comissão de Educação da Câmara, disse que Roberta “deveria ter se afastado das funções”, citando o conflito entre sua atuação na empresa e na prefeitura.

“Dependendo do que for dito [pelo Secretário e por Roberta na convocação], se pode até iniciar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)”, afirmou Gláucia.

Elizeu Rocha (PP), que é líder do governo na Câmara, ressaltou que a prefeitura atendeu a uma demanda antiga das escolas para ampliar as verbas para APMs, elogiando a Secretaria de Educação. Mas fez uma analogia de que podem “ter recebido mel demais e algumas abelhas se lambuzaram”.

Nome	Partido	Presença
ADEMOZAR RAFLASTUR	PSDB	S
ALESSANDRO MARACA	MOB	S
ANDRÉ RODINI	NOVO	S
ELIZEU ROCHA	PP	S
GILBERTO DO MERCADO	PL	S
GLÁUCIA BERENICE	REP	S
IGOR OLIVEIRA	MOB	S
BRANDO VEIGA	REP	S
JEAN CORAUCI	PSB	S
FRANÇO FERRO	PRB	S
BERTINHO SCANDIUIZZI	PSDB	S
COLETIVO JUDETI ZILLI	PT	S
LINCOLN FERNANDES	PDT	S
FRANÇA	PSB	S
MARCOS PAPA	PODE	S
DUDA HIDALGO	PT	S
MATHEUS MORENO	RDB	S
MAURÍCIO ABRANCHES	PSDB	S
PAULO MODAS	UNIÃO	S
RAMONA FRAUSTINO	PSOL	S
RENATO ZUCOLOTO	PP	S
ZERBINATO	PSB	S

Presentes: 20
Ausentes: 2
Sim: 19
Não: 0
Abstenções: 0
Total: 19

Discussão Única Projeto de Resolução PR 28/2022
MESA DA CÂMARA MUNICIPAL CONVOCA O EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SENHOR FELIPE ELIAS MIGUEL E A CHEFE DO SETOR DE ATRIBUIÇÃO, SENHORA ROBERTA LEONARDO, PARA PRESTAREM

SESSÃO ORDINÁRIA

Outro lado

Apesar de *Farolete*, o Secretário de Educação Felipe Miguel ressaltou que tomou diversas medidas internas para **ampliar a transparência e fiscalização** dos recursos das APMs.

“Foram determinadas aberturas de procedimentos administrativos para apurar eventual responsabilidade da servidora em questão, e também das contratações das APMs. Reforçamos as orientações para elas, e solicitamos que todos os prestadores de serviços declarem que não têm vínculo com servidor da prefeitura”, afirmou Felipe.

Ele disse que acionou a Controladoria Geral do Município e a Procuradoria Geral para apurarem os fatos revelados pelas reportagens.

Afirmou, ainda, que deu andamento à contratação para mudanças no software de prestação de contas das APMs, com o objetivo de ampliar a transparência.

“Aguardo a oficialização da convocação para prestar os devidos esclarecimentos à Câmara”, disse Felipe.

Em posicionamento anterior ao *Farolete*, a microempresa “Izaura Izaura Tereza Guidugli Lovato” informou que a funcionária Roberta “não tem interferência nenhuma na prestação de serviços e é alheia a qualquer situação que envolva a empresa”. Afirmou, ainda, que dentro da prefeitura sua atuação é “estritamente ligada a professores”.

Além da procuração que teve em nome da empresa – que segundo ela foi revogada –, Roberta é companheira do administrador da mesma e reside no mesmo endereço que o informado pela firma à Receita Federal.

APMs

Toda escola pública possui uma APM. Cada entidade tem CNPJ e conta bancária própria, movimentada pela diretora. O dinheiro entra por meio de contribuições internas – como festas juninas –, transferências do governo federal e, principalmente, aportes da prefeitura.

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo *Farolete* foram unânimes: as APMs são essenciais e devem ser fortalecidas, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando autonomia à comunidade escolar.

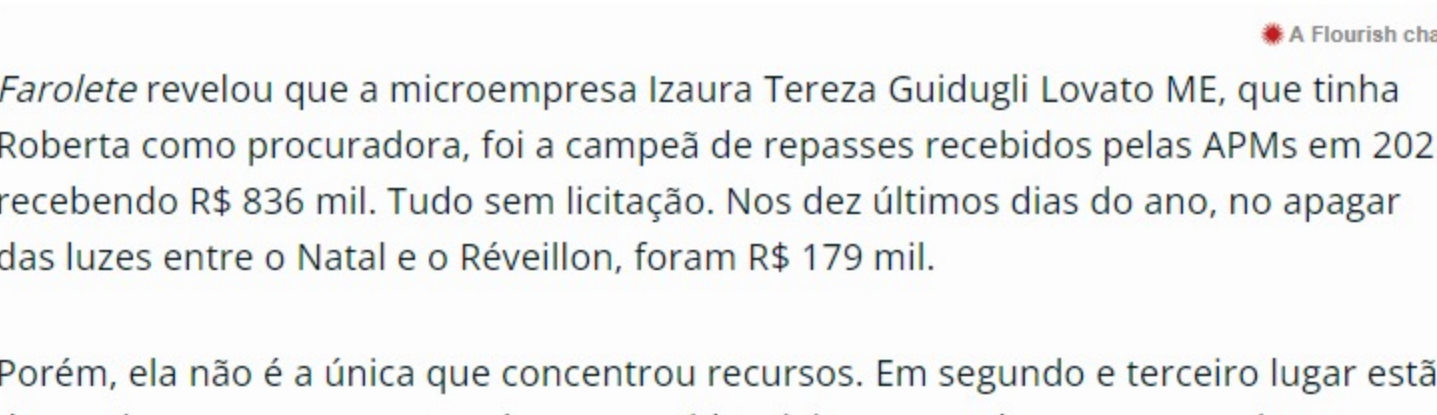
Entretanto, todos também alertaram que as APMs, em geral, não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

Entre 2014 e 2020, cada APM recebeu, em média, R\$ 30 mil anuais. O valor varia em cada ano, dependendo da disponibilidade financeira da prefeitura e do porte da escola. Já em 2021, a média foi de R\$ 130 mil, o quádruplo.

No ano passado, a maior parte dos repasses ocorreu próximo ao final do ano. *Farolete* apurou foi uma tentativa de cumprir a obrigação constitucional de repassar 25% das receitas próprias para Educação.

Repasses mensais (2021)

Somatória de subvenções para APMs, agregado por mês. Valores em milhões de reais.



Fonte: Análise do Farolete junto aos dados oficiais do Tribunal de Contas

Farolete revelou que a microempresa Izaura Tereza Guidugli Lovato ME, que tinha Roberta como procuradora, foi a campeã de repasses recebidos pelas APMs em 2021, recebendo R\$ 836 mil. Tudo sem licitação. Nos dez últimos dias do ano, no apagar das luzes entre o Natal e o Réveillon, foram R\$ 179 mil.

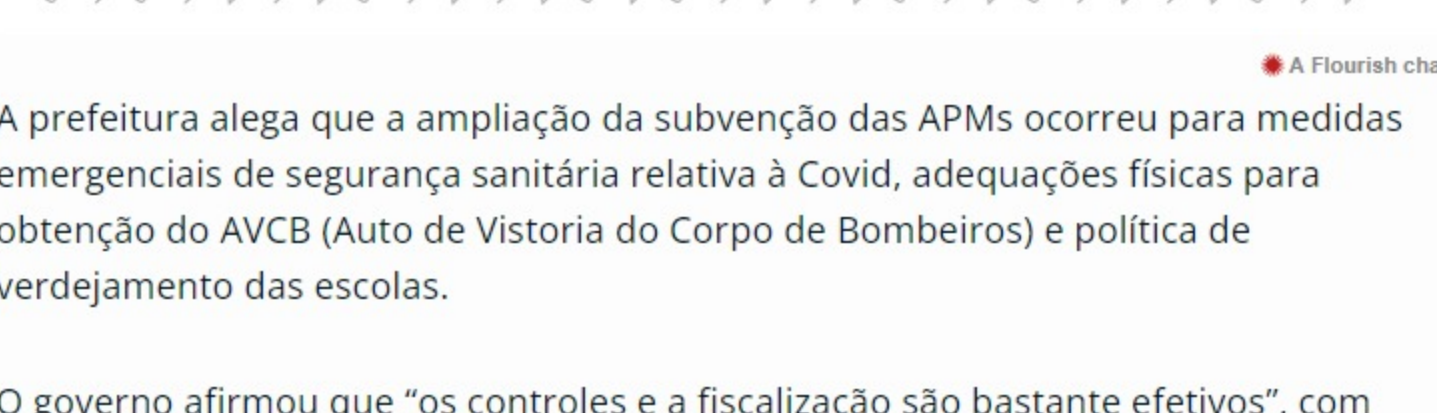
Porém, ela não é a única que concentrou recursos. Em segundo e terceiro lugar estão duas microempresas com endereços residenciais que receberam, respectivamente, R\$ 367 mil e R\$ 362 mil.

Outras oito empresas receberam, na somatória das APMs, valores acima de R\$ 100 mil, originalmente de recursos públicos, no ano passado.

Apesar de tudo, as APMs repassaram R\$ 7,2 milhões para empresas em 2021, sem procedimento licitatório. Os pagamentos se avolumaram no final do ano.

Correria natalina

Farolete separou todas as notas fiscais emitidas por empresas para APMs e agregou os valores em cada data. Quanto maior o tamanho da barra, maior o valor total das notas fiscais, de todas as empresas, emitidas naquele dia. As barras crescem no final do ano. O recorde foi em 22 de dezembro: R\$ 197 mil



A prefeitura alega que a ampliação da subvenção das APMs ocorreu para medidas emergenciais de segurança sanitária relativa à Covid, adequações físicas para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e política de verdejamento das escolas.

O governo afirmou que “os controles e a fiscalização são bastante efetivos”, com conferência mensal das prestações de contas das APMs.

A foto de capa desta reportagem é de **Guilherme Siricli**, da assessoria de imprensa da prefeitura.

Achou importante?
 Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

APOIE

Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha do financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

REPORTAGENS RELACIONADAS

Fiscalização

Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caça Cherry

Fiscalização

Câmara de RP inclui pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições

Fiscalização

Empréstimo de 70 milhões de reais deixará prefeitura de RP refém do câmbio por 18 anos

Fiscalização Publicado em: 23/09/2022 Tempo de leitura: 4 mins

Funcionária que gerenciava empresa ‘campeã’ das APMs é exonerada, MP investiga

Demissão ocorre 45 dias após Farolete revelar que ela controlava uma microempresa que recebeu R\$ 836 mil de recursos públicos



Por Cristiano Pavini

A servidora Roberta Leonardo foi exonerada nesta sexta-feira (23set) do cargo de chefe da Divisão de Atribuição de Aulas da Secretaria de Educação de Ribeirão Preto. A demissão ocorre 45 dias após Farolete revelar que ela controlava uma microempresa que recebeu **R\$ 836 mil de recursos públicos em 2021**. O montante foi repassado sem licitação, por meio das **APMs** (Associação de Pais e Mestres).

Série de **reportagens** do Farolete desnudou que as APMs receberam **R\$ 14 milhões** no ano passado, maior do que o volume repassado na somatória dos quatro anos anteriores. Embora essenciais para a comunidade escolar, elas têm **fragilidades em transparência, planejamento e fiscalização**.

Nesta semana, a Promotoria do Patrimônio Público do Ministério Público **instaurou inquérito civil** para investigar os fatos. O Geduc (Grupo de Atuação Especial de Educação), braço do MP que atua em pautas educacionais, também acompanha o caso.

A situação de Roberta ficou insustentável após ser convocada pela Câmara, a pedido do Coletivo Popular Judeti Zilli (PT), para prestar esclarecimentos. Ela e o secretário de Educação, Felipe Miguel, foram sabatinados pelos vereadores por quase duas horas na terça-feira (20set).

Bombardeada pelos parlamentares, Roberta confirmou que a microempresa Izaura Tereza Guidugli Lovato, campeã de recursos recebidos pelas APMs, é de sua sogra. A firma tem endereço na mesma casa em que a funcionária reside com o companheiro.

Sobre a procuração feita em 2014, revelada pelo Farolete, na qual recebeu plenos “poderes para tratar de assuntos, negócios e interesses” da empresa, Roberta disse que foi resultante de um adoecimento da sogra.



Nunca pratiquei nenhum ato administrativo ou de contratação em relação à empresa, nunca assinei nada. Eu esqueci essa procuração, só lembrei quando o Farolete trouxe à tona, e no mesmo dia revogamos”

Roberta Leonardo

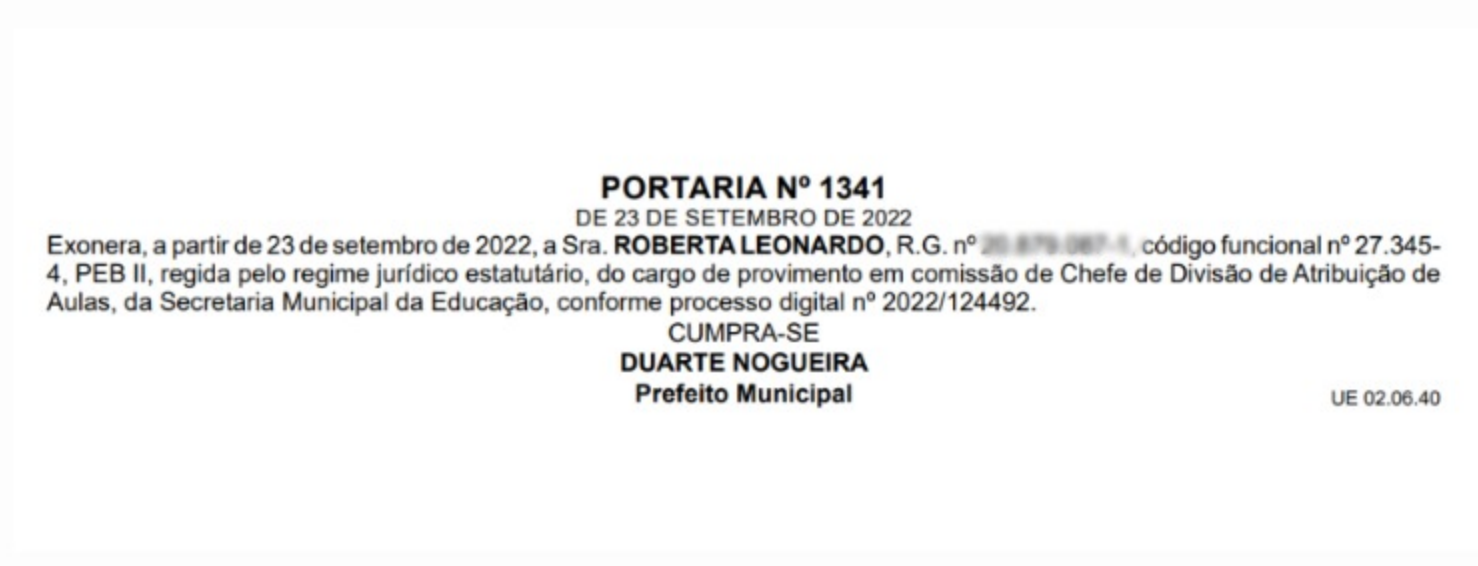
A servidora apontou que seu trabalho na Educação é “espiritamente ligado à atribuição de aulas”, sem relação com as APMs.

Suas respostas não convenceram os vereadores. Em especial quando alegou que não tinha ciência dos negócios. “Eu não sei o que a empresa de fato faz, onde ela atua. Não tenho nem tempo para isso”, esquivou-se. Disse que desconhecia, até, quantos funcionários a firma tem.

“A senhora não poderia ter assinado esta procuração. Está aqui [sendo sabatinada pelos vereadores] em uma situação constrangedora. Não pode alegar desconhecimento da lei”, disparou Gláucia Berenice, presidente da Comissão de Educação do Legislativo.

A Lei Municipal 3181/76 (Estatuto do Servidor Público) veda que funcionários públicos gerenciem empresas relacionadas à sua atuação. A Lei Federal 13.019/14, que regulamenta as parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, também traz restrições ao uso de recursos para remunerar servidores ou seus parentes próximos.

A Controladoria Geral do Município abriu sindicância para apurar o caso.



Roberta assumiu ainda que entre 2009 e 2015, quando atuou como diretora de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), **contratou a empresa do marido com verba pública das APMs**. Alegou, porém, que fez cotação de preços, e o cônjuge ofereceu o orçamento mais barato.

A empresa Izaura Tereza Guidugli Lovato, à qual Roberta tinha procuração, foi a preferida das APMs em 2021, sendo contratada por 50 das 108 associações. Juntas, elas gastaram R\$ 7,2 milhões no ano passado. Um a cada oito reais foi parar na microempresa ligada à funcionária exonerada. **Os gastos de 2022 ainda não estão disponíveis no Portal de Transparência**

APMs

Autora da convocação, a vereadora Judeti Zilli reforçou ser essencial “discutir o atual modelo das APMs, ampliando a transparência, fiscalização e participação popular”.

“É óbvio que as escolas têm que receber recursos, mas de forma democrática! A atual Secretaria de Educação não implanta gestão democrática, e sim ensaios de democracia induzida”, criticou.

Em resposta aos vereadores, o secretário Felipe Miguel justificou que as APMs são compostas por diretores, pais e professores e submetidas à auditoria, e que suas contratações não sofrem influência da prefeitura.

Duda Hidalgo (PT) rebateu, apontando que a Educação estava terceirizando responsabilidades para as APMs, conforme revelado pelo Farolete, ao injetar recursos públicos para obras de adequação física para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), entre outros.



Secretário de Educação (à direita, de terno azul) e Roberta Leonardo (de óculos) durante sabatina na Câmara. Foto: Divulgação/TV Câmara

Próximos passos

O secretário Felipe Miguel determinou a abertura de investigações internas na Educação, Procuradoria e Controladoria Geral do município, e disse que irá ampliar a fiscalização e transparência das APMs.

“Estamos abertos a sugestões para melhorar a eficiência desse modelo de descentralização do uso de recursos”, ressaltou na Câmara.

Por ser servidora concursada desde 1999, Roberta será realocada aos quadros da secretaria. Ela ainda pode ser demitida, caso a sindicância interna aponte irregularidades graves em sua conduta.

O promotor de Patrimônio Público, Sebastião Sérgio da Silveira, não respondeu ao e-mail do Farolete sobre os próximos passos de seu inquérito. De acordo com o jornal Tribuna, ele atende o requisito do Executivo e Legislativo todas as informações obtidas sobre o tema. A reportagem será atualizada se um retorno for enviado.

Dois vereadores ouvidos pelo Farolete afirmam que cogitam protocolar um pedido de **abertura de CPI** (Comissão Parlamentar de Inquérito). Eles aguardam o fim do primeiro turno das eleições, que ocorrerá em 2 de outubro, para convencerem os colegas a assinarem e aprovarem um requerimento.

A Controladoria Geral também está apurando os fatos em duas frentes: a atuação de Roberta e, também, se as APMs foram utilizadas pela Educação como uma manobra para tentar atingir o mínimo obrigatório de gastos com ensino.

A assessoria de imprensa da Educação afirmou que “foram enviados comunicados e solicitando mais rigidez para as APMs, além de uma reunião com o Secretário, solicitando mais rigidez na contratação dos serviços, para que cumram com todo o processo já estabelecido de acordo com o Estatuto Social da APM, e para que as declarações de não ocorrência de impedimentos para prestação de serviços sejam sempre preenchidas”.

As escolas também foram orientadas, segundo a nota, “a suspenderem quaisquer serviços com a empresa mencionada na reportagem do Farolete, podendo como consequência, terem as notas fiscais glosadas”.

Achou importante?
 Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

APOIE



Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

[Apolar](#) →

REPORTAGENS RELACIONADAS



Fiscalização
Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caça Cherry



Fiscalização
Câmara de RP inclui pesquisas de opinião em R\$ 1,9 mi para publicidade mirando eleições



Fiscalização
Empréstimo de 70 milhões de dólares de RP refém do câmbio por 18 anos

← →

Fiscalização Publicado em: 05/10/2022 Tempo de leitura: 4 mins

Câmara de Ribeirão instaura CPI para investigar APMs após reportagens do Farolete

Requerimento foi encabeçado por Gláucia Berenice, vereadora que preside a Comissão de Educação, e assinado por outros sete parlamentares.

Por Cristiano Pavini

A Câmara de Ribeirão Preto instaurou nesta terça-feira (4 de outubro) uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o uso de recursos públicos pelas APMs (Associações de Pais e Mestres). O requerimento foi encabeçado por Gláucia Berenice (Republicanos), vereadora que preside a Comissão de Educação, e assinado por outros sete parlamentares.

A apuração é consequência da série de reportagens do Farolete, que revelou uma manobra da prefeitura para turbinar os repasses dessas entidades, que receberam R\$ 14,1 milhões de recursos públicos em 2021.

Embora essenciais para a comunidade escolar, as APMs têm fragilidades na fiscalização, ao ponto de uma funcionária do alto escalão da Secretaria de Educação controlar uma microempresa que recebeu, sem licitação, R\$ 836 mil em 2021. Ela foi exonerada 45 dias após a revelação do Farolete, e em meio à pressão do Legislativo.

O Coletivo Popular Judeti Zilli (PT) também protocolou um pedido de CPI sobre as APMs. Ele será lido na quinta-feira (6 de outubro) e apensado ao requerimento de Gláucia, que tem prioridade na indicação dos membros por ter protocolado antes.

Poderá ocorrer uma composição política para ampliar de três para cinco o número de vereadores integrantes. Inicialmente devem compor a CPI, além de Gláucia, André Rodini (Novo) e Ramon Faustino (PSOL). O início dos trabalhos, com instauração oficial da investigação, deve ocorrer na quinta-feira (6out).

“As APMs são fundamentais para a manutenção da estrutura das unidades escolares. Porém, apesar de serem associações privadas, lidam com recursos públicos que devem ser aplicados mediante princípios da impessoalidade e economicidade. A CPI foi aberta visando esclarecer o caso denunciado pelo Farolete, bem como verificar os critérios de controle dessas despesas”, afirmou Gláucia Berenice à reportagem.

O que Farolete revelou

Em 2021, a Secretaria de Educação repassou R\$ 14,1 milhões para as APMs, valor superior à somatória dos quatro anos anteriores. A maior parte foi transferida às pressas, no final do ano, em uma manobra para tentar atingir os 25% de gastos obrigatórios com Educação e agilizar obras, como adequações para obtenção do AVCB e verdejamento.

Cada escola possui sua própria APM, gerenciada pela diretora, com conta bancária e CNPJ individual. Os gastos são feitos sem licitação, apenas mediante cotação. A transparência e fiscalização dessas despesas é falha, conforme revelado pela reportagem.

Embora haja 108 APMs, a maioria contrata as mesmas empresas. Com isso, uma microempresa, com endereço em uma residência, recebeu R\$ 836 mil delas, sem licitação, no ano passado. Encabeçam o ranking outras duas microempresas, também com sede em casas, que receberam cada uma cerca de R\$ 350 mil.

A servidora Roberta Leonardo, que exercia o cargo comissionado de chefe da Divisão de Atribuição de Aulas, controlava a empresa campeã das APMs. Farolete revelou que ela tinha uma procuração que lhe dava plenos poderes para gerenciar as atividades empresariais, além de ser casada com o filho da dona e morar no mesmo endereço da firma.

Citando o caso de Roberta Leonardo, o requerimento de abertura da CPI apontou ser essencial “avaliar os mecanismos de controles e possibilidade de assédio a outros agentes públicos por parte das empresas prestadoras de serviços”.

A CPI poderá convocar agentes públicos para prestarem depoimentos, que serão obrigados a responderem as perguntas. Também tem a prerrogativa de requisitar documentos da prefeitura.

No dia 20 de setembro, o secretário de Educação, Felipe Miguel, e a servidora Roberto Leonardo foram sabatinados pela Câmara após serem convocados a prestarem esclarecimentos. Eles falaram por cerca de duas horas.

Roberta alegou não ter ingerência sobre a empresa e que sequer se lembrava de ter uma procuração para atuar em nome dela. Justificou que o documento lhe passando plenos poderes ocorreu porque a sogra, dona no papel da firma, estava adoecida.

Disse, ainda, que sua função na Secretaria de Educação não está relacionada ao repasse de verbas às APMs, negando ter atuado para privilegiar a empresa que controlava. Ela foi exonerada na mesma semana em que depôs na Câmara.

Saia do escuro!

Receba nossas reportagens pelo seu celular ou assine nossa newsletter

Assinar transmissão via WhatsApp → ou Seu endereço de email Assinar →

Prefeitura

Questionada pelo Farolete sobre a abertura da CPI, a Secretaria de Educação afirmou que “está à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos”.

Em nota, a pasta ressaltou que “em virtude da autonomia das Associações de Pais e Mestres, não interfere nas contratações dos prestadores de serviços realizadas diretamente pelas próprias APMs”. Disse que “todas as informações estão atualizadas no Portal da Transparência, que está em frequente aperfeiçoamento”.

A Educação, em posicionamentos anteriores, afirmou que determinou a abertura de procedimentos internos para aprimorar os mecanismos de fiscalização e transparência das APMs, bem como o conflito de interesses e infrações legais de funcionários que estão vinculados a empresas por elas contratadas.

A Controladoria Geral do Município abriu investigação e o Ministério Público um inquérito civil.

Fragilidades

Professores, pais, diretores, integrantes do poder público e membros de conselhos representativos ouvidos sob anonimato pelo Farolete foram unânimes: as APMs são essenciais e devem ser fortalecidas, pois agilizam reparos, compras de materiais e pequenas reformas, dando autonomia à comunidade escolar.

Entretanto, todos também alertaram que as APMs, em geral, não estão preparadas para lidar com tanto dinheiro como foi repassado em 2021, tampouco com a pressão do governo para que fosse rapidamente utilizado.

“Cada escola é de um jeito. Por isso esse upgrade milionário que tivemos no ano passado é perigoso. De modo geral, as APMs não têm estrutura para gastar tanto recurso assim de forma eficiente. Além de desvios, pode ocorrer mau uso. Ou seja: contratar empresas por preço bem mais elevado do que o mercado, já que não há conhecimento técnico para avaliar”, relatou ao Farolete um veterano integrante de APM, que já participou dos conselhos municipais de Educação e de Alimentação Escolar.

Cabe ao diretor de cada escola gerir os recursos das APMs. Ele é acompanhado por um Conselho Fiscal, formado por dois pais de alunos e um professor. Cada unidade, porém, tem um modus operandi diferente, conforme a participação da comunidade escolar e postura do diretor.

Em algumas escolas, o diretor conduz a APM com mão de ferro, sem abrir a tomada de decisão para os demais integrantes. Pais e professores membros do Conselho Fiscal, nessas ocasiões, são indicados por afinidade do diretor e não fiscalizam, em razão da amizade ou por terem represálias.

Em outras unidades, as decisões são compartilhadas e a fiscalização é rotineira, com pais e professores ativos.

As compras das APMs são feitas sem licitação. Entretanto, é necessário realizar três cotações prévias. As exceções ocorrem em casos excepcionais, como reparo emergencial elétrico.

Esse modelo era utilizado porque, em geral, as APMs faziam compras e contratações de baixo valor, em geral abaixo de R\$ 1 mil. Já em 2021, uma única APM chegou a pagar, entre o Natal e o Ano Novo, R\$ 30 mil para uma única empresa.

“É melhor que a escola gerencie os recursos e obras, já que a estrutura das unidades é muito heterogênea e com necessidades diferentes”, diz uma funcionária ativa na comunidade escolar ouvida pelo Farolete.

Mas ele aponta que em 2021 muitas reformas foram feitas sem o devido acompanhamento da engenharia da prefeitura. “Alguns ditadores se normam desperdiçando recursos com obras irregulares, sem total adequação às normas da ABNT, como não observar acessibilidade, além de uso para fins meramente estéticos”, citou.

Achou importante?
Apoie o jornalismo local, compartilhe essa matéria e ilumine outros leitores.

f t i s w

APOIE

Faça parte do movimento para viabilizar outras reportagens, fortalecendo o jornalismo local independente! Estamos com uma campanha de financiamento coletivo no Catarse. Com a partir de R\$ 10 mensais, você nos ajuda a estruturar o site!

Apoiar →

REPORTAGENS RELACIONADAS

Fiscalização
Câmara de Ribeirão vai gastar R\$ 1,6 milhão na compra de 12 carros da Caça Cherry

Fiscalização
Câmara de RP opina pesquisas de opinião em licitação de R\$ 1,9 mi para mirandando eleições

Fiscalização
Empréstimo de 70 milhões de dólares deixará débitos de RP refém do câmbio por 18 anos

← →